Informativo da Confederação Nacional da Indústria
Ano 4 • Número 4 • Setembro 2017 • www.cni.org.br

SUSTENTABILIDADE INDUSTRIAL

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

OPINIÃO

O carvão mineral e a sustentabilidade energética

*Fernando Luiz Zancan**

O carvão impulsionou a Revolução Industrial no século XIX e início do século XX, onde foi utilizado como principal fonte de alimentação do motor a vapor, como, por exemplo, nos navios a vapor, nos descaroçadores de algogão e nas ferrovias da época, sendo fundamental para o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico que a humanidade tem tido nos últimos dois séculos.

Mesmo após o uso do petróleo durante o século XX, o carvão continuou a ter uma contribuição importante, passando a ser uma fonte de energia essencial para gerar eletricidade, que é a espinha dorsal da prosperidade em nossas vidas modernas.

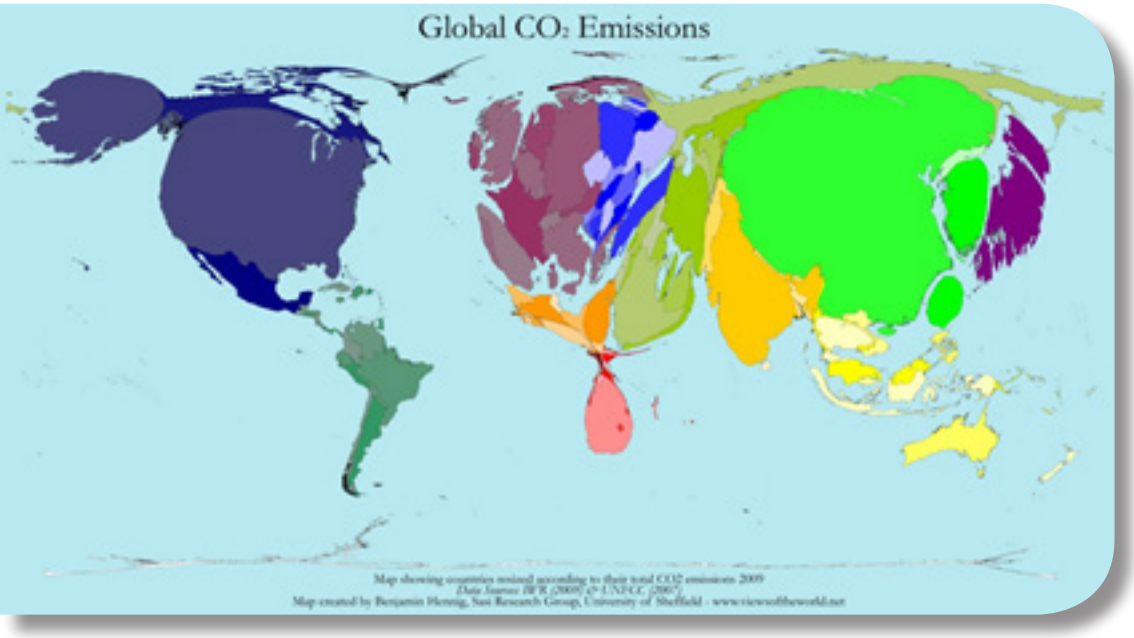
Ruas de Londres em1952

Até hoje, o carvão continua sendo o principal combustível para a geração de energia no Mundo, sendo o responsável por cerca de 41% da produção de eletricidade. O carvão fornece segurança energética a muitos países e ocupa o segundo lugar como energia primária. Atrás somente do petróleo, o carvão responde por cerca 30% da demanda mundial, impulsionando países em desenvolvimento, principalmente na Ásia. Enquanto o carvão é necessário para alguns processos industriais, como por exemplo a fabricação do aço (70%), é um combustível importante para outros, tais como: produção de cimento, de celulose e de papel.

O primeiro passo na cadeia de abastecimento de carvão é a mineração. As operações de mineração de classe mundial começam com uma cultura forte de segurança em toda a empresa, que tem como alvo operações de "Zero Acidentes". O planejamento detalhado para minimizar a área de superfície ativa, utilizada para operações de mineração e para minimizar o consumo de água, é tão importante quanto a recuperação ambiental após a mineração, que deixa as terras ainda mais produtivas que antes. O compromisso com as comunidades afetadas pelas operações de mineração é uma parte necessária da prática moderna. Exemplos dessas boas práticas estão presentes nas atividades de mineração de carvão no Brasil.

**Fernando Luiz Zancan é presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM).*

Ao mesmo tempo que o carvão é sinônimo de desenvolvimento, há também as consequências ambientais negativas. Um exemplo disso, são as marcas nas paisagens, que nos lembram as más práticas de mineração no passado. O chamado *Smog* de Londres[1], em 1952, foi uma das mais conhecidas crises de poluição do ar, sendo o resultado direto de poluentes liberados na combustão de carvão. Mais recentemente, incidentes de poluição atmosférica nas cidades chinesas têm inspirado um forte debate sobre o impacto ambiental do uso de carvão. Mas a pedra no sapato do carvão, hoje, é emissão de dióxido de carbono (CO_2), pois as mudanças climáticas emergiram como o principal problema ambiental global e a queima de carvão está no centro do debate.



Mapa das emissões globais de dióxido de carbono (2009)

Com foco na geração de energia a carvão com baixo impacto ambiental, hoje, há um conjunto de tecnologias comercialmente disponíveis, competitivas, comprovadas e com alta eficiência, chamada de tecnologias de baixa emissão (*High Eficiency and Low Emissions – HELE*). Essas tecnologias podem reduzir drasticamente as emissões de poluentes locais, ou seja, dióxido de enxofre (SO_2), NOx, partículas em suspensão e mercúrio, ao converter o carvão em energia de maneira mais eficiente.

No entanto, mesmo que o carvão seja produzido por meio de operações de mineração de classe mundial – sem o mínimo impacto ambiental e queimado de tal forma que os poluentes controlados (SOx, NOx, Hg e PM) sejam capturados na usina – emissões de CO_2 precisam ser abordadas. Hoje, a queima do carvão é a maior fonte de geração de energia relacionada com emissões de CO_2 no mundo, chegando perto de 10 bilhões de toneladas/ano de emissões.

As emissões de CO2 podem ser reduzidas usando tecnologias de alta eficiência e baixas emissões (HELE), tais como plantas supercríticas e ultra supercríticas (SC/USC) ou de gaseificação integrada de ciclo combinado (IGCC). Tais plantas podem atingir eficiências de 45%, em comparação com plantas subcríticas menos eficientes, que significa reduções de 30% de CO_2. Em plantas de SC/USC, o vapor é gerado em altas temperaturas e a uma pressão acima do ponto crítico da água. De um modo geral, quanto mais altas as temperaturas e maiores as pressões, maior será a eficiência.

A estratégia de reduzir a geração de energia com usinas menos eficientes (planta subcrítica) e promover a implantação da tecnologia mais eficiente (HELE) é o primeiro passo a ser dado para o objetivo de limitar o aumento de temperatura em 2°C durante este século, garantindo a segurança energética mundial. Segundo o IPCC, para garantir que sejam atingidos os objetivos de cortar drasticamente as emissões de CO_2, com o menor custo para sociedade mundial, serão necessários o desenvolvimento e a implantação da captura e armazenamento do CO_2 (CCS).

A transição para um sistema de energia de baixo carbono já começou, porém precisa acelerar. O futuro da exploração do carvão deve acontecer dentro de um mundo de emissões de baixo carbono. A única maneira é abraçar o CCS e, para isso, são necessários investimentos em tecnologia e em plantas de demonstração de forma exponencial, visando acelerar a curva de aprendizagem e baixar os custos desta tecnologia, a exemplo do que foi feito com as tecnologias de energia solar e eólica. Para atender os preceitos do desenvolvimento sustentável, a matriz energética mundial necessita de energia despachável

1 O Nevoeiro de 1952, conhecido também como Big Smoke, foi um período de severa poluição atmosférica, entre os dias 5 e 9 de dezembro de 1952, que encobriu a cidade de Londres. O fenômeno foi considerado como um dos piores impactos ambientais até então.

de baixo carbono e o carvão, com as tecnologias de CCS, pode dar importante contribuição.

Energia abundante, barata e limpa não são mais assuntos restritos à área energética, são discutidos no âmbito dos diretos civis e humanos. A maior parte da energia que consumimos vem de áreas de concessão pública, usinas hidráulicas e dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão). Pela Constituição, os proprietários destas concessões (recursos) são os brasileiros, que têm o direito moral, e legal, de exigir que esses recursos sejam utilizados para promover o seu bem-estar e do país. O suprimento de energia segura e barata é o que faz um país se desenvolver, gerando riqueza para sua população. A extensão da exploração de forma sustentável desses recursos ditará até que ponto a população, principalmente os mais pobres, terão seus direitos constitucionais garantidos, a partir da segurança energética.

O Brasil tem a sorte de poder desfrutar de todas as fontes de energia disponíveis para atender o seu crescimento, o aumento de renda da população e a redução das desigualdades.

O carvão mineral nacional, que representa a maior fonte de energia do Brasil hoje conhecida, tem potencial de crescimento. Para tanto, é necessário que haja um programa de geologia para explorar novos recursos e uma política industrial para o seu desenvolvimento. Desta forma a exploração do carvão poderá contribuir para que o Brasil atinja os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sabia que...

Uma das primeiras colaborações mundiais mais bem sucedidas, dentro do espírito do Pacto Global, ocorreu na Suécia. Na ocasião, quatro empresas da indústria têxtil local lançaram o projeto *DressCode* com o apoio da *Clean Clothes Campaign*[2] . Participaram dessa parceria organizações não governamentais e sindicatos, mas em 1999 ainda não havia a participação do governo. Houve várias tentativas para persuadir a agência de cooperação internacional do governo sueco (SIDA) da importância do Pacto Global. O projeto *DressCode* atraiu a atenção da mídia, dos consumidores e de outros setores da sociedade. A colaboração entre empresas e Ongs, em prol dos direitos humanos e dos direitos de trabalhadores nos países subdesenvolvidos, era um tema, até então, totalmente desconhecido. Alguns anos após a criação da iniciativa, quando a colaboração entre empresas, Ongs e governo estava consolidada, a ministra da SIDA, Gunilla Carlsson, em seu mandato de 2006 a 2013, passou a promover uma nova maneira de pensar e agir no governo da Suécia. No ano de 2016, quase 9.000 empresas operando em 165 países já eram membros do Pacto Global com as Nações Unidas, convocando reuniões periódicas com suas lideranças para discutir e alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável[3].

2 *Clean Clothes Campaign* é uma campanha voltada para o fim da opressão e exploração de trabalhadores, sobretudo mulheres, na indústria têxtil de países subdesenvolvidos.
3 Texto extraído do livro "*The Textile Challenge - The story behind Sweden textile water initiative*", por Renée Andersson, Jan Peter Bergkvist. STWI é uma iniciativa composta por 42 parceiros e marcas que se uniram desde 2010.

Conselhos de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMAS)

Regionais

▶ SUL-SUDESTE

FIESC – Florianópolis, 15/9/2017

Presidente do Coema Nacional fala na abertura da reunião na FIESC.

Durante a 22ª reunião do Coema Sul-Sudeste o Presidente do COEMA ,Marcos Guerra, oficializou a decisão do presidente da CNI,Robson Braga, de unificar o Conselho de Responsabilidade Social (CORES) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMA). A iniciativa sinaliza a preocupação da entidade em promover uma reflexão mais robusta entre temas como sustentabilidade & meio ambiente, responsabilidade social e equilíbrio econômico. A abertura da reunião teve o diretor de Desenvolvimento Institucional e Industrial da FIESC, Carlos Henrique Ramos da Fonseca, apresentando o cenário econômico do estado de Santa Catarina e a composição de seu parque industrial, considerado um dos melhores do país devido ao alto padrão de emprego de novas tecnologias e a presença de ... institutos de inovação do SENAI. Dentre os temas em debate destacaram-se o licenciamento ambiental que teve autoridades estaduais dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina relatando suas experiências locais, além da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA). A autonomia dos estados foi um dos pontos realçados no debate. A reunião contou com a presença do Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da Republica, Henrique Villa, responsável pela Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tratou das estratégias empresariais no âmbito d esua implementação.

▶ NORDESTE & CENTRO-NORTE

FIEMA – São Luís, 17/8/2017

A reunião conjunta entre os Coemas Regionais Centro-Norte e Nordeste foi concebida para promover a integração de seus conselheiros, além de fortalecer o debate das agendas ambientais comuns. Estiveram presentes à ocasião representantes de 19 federações de indústria. A FIEMA apresentou um panorama econômico do estado, com destaque para a composição do PIB do Maranhão e sua participação no PIB Nacional; a contribuição da indústria maranhense à economia do país; e, os potenciais produtos para o Maranhão. O painel "Renováveis na Matriz Energética: Desafios Econômicos e Operacionais" discutiu os desafios para a manutenção das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira, considerando o compromisso assumido pelo Brasil na COP 21, em Paris (NDC). Participaram do debate Rafael Kelman, diretor da Consultoria PSR e autor do estudo "Implicações da COP 21 para o Setor Elétrico Brasileiro", e Jeferson Borghetti Soares, superintendente de Estudos Econômico-Energéticos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O painel "Perspectivas para o Licenciamento Ambiental" reuniu alguns dos principais atores federais e estaduais para discutirem sobre os gargalos do licenciamento ambiental no país e as possibilidades de aprimoramento desse instrumento. Destacam-se entre os principais pontos abordados: os desafios enfrentados pelos órgãos licenciadores; exemplos de modernização do licenciamento nos estados; e a proposta de Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 3729/04).

Vista geral da reunião conjunta do Centro-Norte & Nordeste.

PALAVRA DOS CONSELHEIROS

A agenda ambiental e suas perspectivas

A visão de alguns integrantes do Conselho Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI

Deryck Matins

DERYCK MARTINS

Conselheiro do Coema Nacional e do Coema Regional Centro-Norte

1. Segundo o setor madeireiro do Pará, um dos motivos da queda nas exportações em 2016 foi a falta de entendimento entre os órgãos fiscalizadores (IBAMA e SEMAS/PA). Como o Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA tem se posicionado na resolução desses desafios? De que forma a articulação regional no Coema Regional Centro-Norte da CNI poderia contribuir?

De fato, de toda a série histórica, 2016 representou o pior ano das exportações de madeiras do estado do Pará. Os motivos passam pelas relações que ainda têm sua base na falta de confiança entre os entes envolvidos. A FIEPA, por meio do seu Conselho de Meio Ambiente, e as associações de classe têm atuado na promoção de diálogos entre as indústrias e as instituições regulatórias do setor florestal, no intuito de encontrar formas de superar os desafios impostos à atividade. Adicionalmente, a FIEPA tem trabalhado com o setor para elaborar um planejamento de médio e longo prazos voltado ao fortalecimento da atividade florestal no Pará. O Coema Centro-Norte pode funcionar como um espaço de intercâmbio de informações e como articulador de ações de interesse da atividade florestal, que é comum a vários estados da região.

2. O Coema Regional Centro-Norte reúne 11 federações da indústria que compreendem desde a Amazônia Legal até alguns estados do Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal. Como, na sua visão, é possível discutir políticas relacionadas à sustentabilidade numa região geográfica tão vasta e complexa? A base da economia voltada à exploração dos recursos naturais seria um denominador comum a esses estados?

Há que se considerar a peculiaridade de cada região, sem dúvida, porém, deve-se atuar nos pontos convergentes que são vários, onde podemos citar: a utilização dos recursos naturais, a indústria de base florestal e agropecuária, os desafios de logística para a integração da produção industrial ao mercado consumidor, as questões ambientais, dentre outros desafios necessários ao avanço dessa grande região que é parte fundamental do Brasil.

Roberto Serquiz

ROBERTO SERQUIZ

Conselheiro do Coema Regional Nordeste

1. Os conselhos e redes de meio ambiente nas federações da indústria vêm se consolidando de forma progressiva e robusta. Como presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIERN, qual é a sua avaliação? Quais são os principais desafios para o engajamento do setor na agenda ambiental e como seria possível criar novas oportunidades de atuação?

Os conselhos de meio ambiente abriram espaço para discussões mais consistentes sobre a crescente preocupação com o meio ambiente, promovendo a participação efetiva da classe produtora nos desafios da convivência com o meio ambiente. É imperioso destacar o engajamento das lideranças industriais com os diversos atores ambientais na construção de novas ideias e conceitos, transformando o bom debate em aliado do desenvolvimento sustentável. Esse cenário nos leva a concluir que precisamos continuar evoluindo na maior das leis: o diálogo.

2. O I Seminário Norte-Riograndense de Resíduos Sólidos, realizado na sede da Federação, em agosto de 2017, recebeu o apoio do Coema/FIERN e a presença do Sindicato das Indústrias de Reciclagem e Descartáveis do Estado (SINDRECICLA-RN). A participação de sindicatos patronais nas agendas ambientais de algumas federações ainda é bastante incipiente. Quais são os temas de interesse que têm atraído os sindicatos? E como os Conselhos de Meio Ambiente das Federações podem fortalecer a articulação dos sindicatos nas agendas ambientais?

O SINDRECICLA é um novo Sindicato inserido num novo cenário econômico. As principais indústrias de reciclagem do Rio Grande do Norte estão filiadas a ele, mostrando a força de um setor que se destaca por utilizar os resíduos como matéria prima, dando origem a um novo produto através de um segundo processo industrial. Quatro aspectos figuram como prioridades do Sindicato: 1) Ampliação da base sindical – está em curso um trabalho junto à rede articulada da CNI; 2) Tributação – tramita na Assembleia Legislativa um projeto de desoneração que contemple um regime especial para o setor; 3) Comunicação – o sindicato já tem um site na Internet e presença nas Redes Sociais (*Facebook* e *Instagram*) para divulgar e promover as ações das empresas associadas; 4) Planejamento Estratégico – essencial para aproximar o ponto gerador de resíduos à industria. O Seminário de Resíduos Sólidos pavimentou a estrada na construção de parcerias, tendo como destaques um projeto para a criação de um aplicativo para *android* e *iPhone,* e de uma unidade receptadora de resíduos oriundos de coleta seletiva, a ser implantada na cidade de Arez, uma grande região turística do estado.

Anícia Pio

ANÍCIA PIO

Conselheira do Coema Regional Sul-Sudeste e

1. O Departamento de Meio Ambiente (DMA) da FIESP possui uma equipe robusta e diversificada. Em sua experiência, quais têm sido as maiores dificuldades para estruturar a defesa de interesses de agendas ambientais no estado com o maior parque industrial do país? Na sua visão, quais os principais desafios da articulação com instâncias e instituições dentro e fora do setor empresarial?

Considerando que os temas ambientais ganharam muito espaço na grande mídia, surgem cotidianamente novos atores e fóruns de discussão, onde são apresentadas propostas sem adequada fundamentação e muitas das quais de caráter totalmente ideológico, o que dificulta sobremaneira nossa atuação, que se pauta sempre em sólidos fundamentos técnicos e jurídicos. Como agravante, associa-se a inexistência de paridade de representação dos segmentos, cabendo ao setor produtivo apenas um ou no máximo dois votos, o que resulta em uma profusão de normas e regras inaplicáveis e conflitantes, onerando de forma significativa o setor e gerando enorme insegurança jurídica.

Em termos dos principais desafios da articulação junto ao setor público, destaco a excessiva independência dos agentes, até mesmo com as políticas institucionais das entidades que atuam, prevalecendo posições muitas vezes subjetivas, que não consideram os potenciais impactos para a sociedade, os custos envolvidos e respectiva efetividade das alternativas regulatórias. Em termos da articulação interna é a busca rotineira pelo consenso e alinhamento das posições, considerando a heterogeneidade e as especificidades de cada segmento.

2. Enquanto membro ativo e participante de conselhos, fóruns e redes nacionais da área ambiental, qual é a sua visão atual das políticas ambientais para a indústria nacional? Existem oportunidades para o setor industrial, na implementação dessas políticas? Quais?

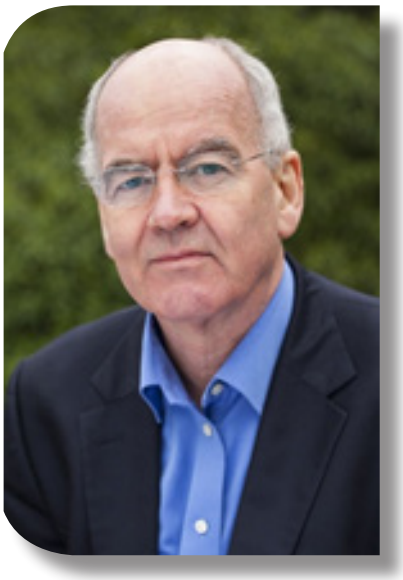
O fato do país estar sempre alinhado com as diretrizes de vanguarda estabelecidas pelos organismos globais, sendo signatário da maioria dos acordos internacionais, tais como o Acordo de Paris e o necessário alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS, os reflexos para o setor industrial podem ser positivos no sentido de tornar nossas empresas mais competitivas em âmbito internacional, se olharmos sob uma perspectiva de médio e longo prazo.

No entanto, no curto prazo, preocupa muito o fato de não existirem políticas públicas que aportem investimentos em pesquisa aplicada e nem tampouco mecanismos de incentivo e fontes de financiamento acessíveis para atendimento das necessidades em termos dos avanços tecnológicos que deverão ser incorporados pelo setor, para atendimento das exigências ambientais que estão sendo preconizadas como resultado dos respectivos acordos. Ou seja é fundamental que as políticas ambientais estejam respaldas e atreladas à uma política tributária adequada para fomentar oportunidades de novos negócios, como por exemplo, na indústria da reciclagem para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

ENTREVISTA ESPECIAL

JOHN ELKINGTON

Sociólogo britânico e um dos precursores da responsabilidade social e ambiental nas grandes empresas. Ele é o idealizador do conceito de medição da sustentabilidade empresarial, conhecido globalmente como Triple Bottom Line. O convidado especial e palestrante do CNI Sustentabilidade 2017, falou sobre o futuro da sustentabilidade nos negócios



John Elkington

1. Nos anos 90, o sr. criou o conceito de medição da sustentabilidade empresarial. O sistema de medição, conhecido como *Triple Bottom Line* (TBL) ou tripé da sustentabilidade (pessoas, planeta e lucro), foi além das medições tradicionais dos lucros empresariais para incluir a dimensão social e ambiental. Duas décadas após, como avalia os impactos do TBL nos negócios, em escala global?

Negócios e sustentabilidade são conceitos que estão em alta, assim como o modismo das novas tecnologias. Geralmente, um período de muito interesse é seguido por um sentimento de decepção, após o qual o conceito torna-se lugar-comum.

Apresentei a ideia do TBL, em 1994 e no ano seguinte o termo *People, Planet & Profit* ganhou popularidade. Olhando para trás, fica claro que algumas empresas se interessaram de imediato e produziram relatórios de sustentabilidade, como no caso do relatório da Shell (1997), que minha empresa *SustainAbility* ajudou a compilar. A ideia está na essência de novas organizações, inclusive os Índices de Sustentabilidade *Dow Jones* (DJSI, em inglês) e as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade (GRI - *Global Reporting Initiative*, em inglês).

Depois de um tempo, após trabalhar com várias entidades, fiquei decepcionado com a forma como algumas empresas usavam o TBL, apenas como um mecanismo de troca, tentando demonstrar boa performance em uma ou duas áreas de seus negócios, como desculpa pelas deficiências em outros departamentos. Desde o início, a minha ideia sempre foi a de que os negócios necessitavam ter um bom êxito nas três dimensões social, ambiental e dos negócios, simultaneamente.

2. O sr. defende que a responsabilidade social corporativa deve promover resultados positivos (*win-win situation*)[4] tanto para os negócios quanto para as pessoas. Poderia nos dar exemplos de companhias e negócios internacionais que incorporaram esta abordagem e alcançaram resultados positivos? Como essas experiências podem inspirar empresas brasileiras?

Nos últimos anos, uma variedade de empreendedores sociais adotaram os princípios da TBL e os usam como sistema de gestão e de prestação de contas. Atualmente, as Empresas B[5] aprofundam a ideia e, ao lado de milhares de companhias pelo mundo, inclusive a Natura do Brasil, registraram-se como empresas B e organizaram-se em função dos princípios do TBL. Esta é tendência atual e, por isso, há muitos casos bem sucedidos. Em termos mundiais de comércio varejista, os grupos de supermercados mais interessantes têm sido o britânico *Marks & Spencer* e o americano *Walmart*.

4 A estratégia win-win (ganha-ganha) visa a otimização e desenvolvimento da empresa e dos seus fornecedores, partindo da ideia de que juntos somos mais fortes (http://gestor.pt/estrategia-win-win/).
5 Empresa B é a empresa que visa como modelo de negócio o desenvolvimento social e ambiental. O sistema B é um movimento que pretende disseminar um desenvolvimento sustentável e equitativo através da certificação de empresas no âmbito global que possuem como objetivo solucionar problemas socioambientais.
6 Empresas emergentes (start-ups), que podem ser definidas como empresas iniciantes de tecnologia.

Outra grande companhia com a qual trabalhamos é a alemã *Covestro*, a nova empresa que surgiu no lugar da antiga *BayerMaterialScience*. O seu presidente, Patrick Thomas, a descreve como uma companhia *start up*[6] de 82 anos, com 16.000 empregados e um valor de mercado de 12 bilhões de euros". O importante em relação à agenda TBL é que *o enfoque da Covestro assegura, na pior das hipóteses, que o progresso aconteça em pelo menos dois planos, sem prejuízo do terceiro.*

3. A palavra 'transparência' vem sendo amplamente usada por CEOs para promover a sustentabilidade como parte de uma agenda positiva de seus negócios. Atualmente, também sabemos que os consumidores têm mais acesso a informações sobre os valores éticos e morais das empresas e das cadeias de seus fornecedores. Como vivemos em um mercado global e competitivo, de que forma a mensagem da 'transparência' nos negócios corporativos pode influenciar as decisões dos consumidores?

Houve muitas tentativas para atrair a atenção dos consumidores para os temas relacionados ao TBL – tripé da sustentabilidade. No final dos anos 1980, produzimos nosso primeiro *Green Consumer Guide*, publicado em mais de 20 edições em línguas estrangeiras e vendeu cerca de um milhão de exemplares. Se consultar o grupo de varejo britânico *Marks & Spencer*, eles dirão que o livro contribuiu para consolidar seus esforços nessa área. Recentemente, houve empreendimentos, como a *GoodGuide*, que aproveitam a tecnologia da telefonia móvel e os leitores de códigos de barra para ajudar os consumidores a terem uma melhor ideia da performance TBL dos produtos, das companhias e das marcas ligados à sua produção.

A *P*rovenance é uma empresa social, com sede no Reino Unido, que está trabalhando nas soluções block-chain7 para facilitar novos tipos de rastreamento do TBL, acompanhando e contabilizando as complexas cadeias de suprimentos.

Minha percepção é a de que o interesse dos consumidores e, seus ceticismos, vão continuar existindo em outras áreas. Mas os riscos e as incertezas que estão sendo gerados irão estimular marcas varejistas como o *Walmart* a adotarem a agenda TBL, de forma integral, percorrendo novos caminhos e gerando resultados que produzirão um efeito dominó nas cadeias de fornecedores globais.

4. Mais de 90% das indústrias brasileiras são pequenas e médias empresas que enfrentam legislação ambiental rígida e alta tributação. Um dos maiores desafios da CNI é assessorá-las e promover a abordagem do tripé da sustentabilidade em seus negócios (TBL). Qual é o seu conselho para essas empresas, levando em consideração um futuro com mudanças climáticas, crescimento populacional e aumento da urbanização em todo o mundo?

Se os líderes empresariais continuarem vendo os temas da sustentabilidade como sinônimos de problemas e dores de cabeça, eles continuarão sendo apenas isso. Aqueles que invertem esse sentido e vão além, geralmente, encontram oportunidades significativas. Pensem no exemplo do *Walmart*, que tem sido muito eficaz em direcionar seus fornecedores para uma maior eficiência energética, a ponto deles mesmos estabelecerem a meta de redução de emissão de um bilhão de toneladas de carbono na atmosfera. Isso é significativo.

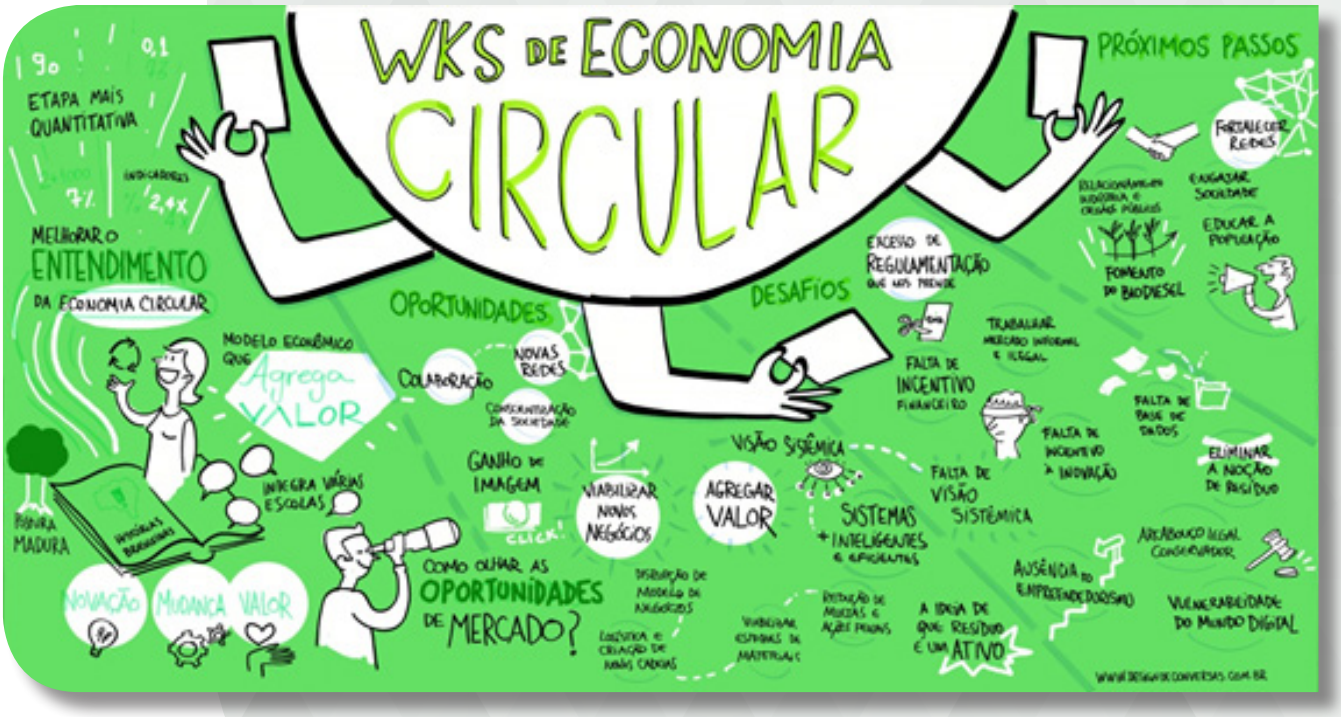
É provável que a pressão continue vindo das maiores marcas globais, porque elas estão mais expostas, porém as novas gerações também marcarão presença nesta área. Uma pesquisa recente do Fórum Econômico Mundial apontou que 25.000 jovens, entre 18 e 35 anos, admitem que sua maior preocupação, de longe, são as mudanças climáticas. Com o tempo, essa preocupação se transformará em novos tipos de pressão e de oportunidades no mercado. Como sempre, no capitalismo, a questão central que se coloca para os CEOS e os empresários é saber se preferem estar do lado certo da história ou serem soterrados por ela.

7 O *blockchain* é uma tecnologia que permite, através de técnicas criptográficas, agilização de transações complexas em rede.

Workshop de Economia Circular

A economia circular é um tema que vem ganhando bastante visibilidade nos últimos anos. Ao promover um modelo que minimize a geração de resíduos com uso de fontes renováveis, utilização cíclica de produtos e materiais, novos modelos de negócio e redesenho de processos e produtos, trata-se de uma economia voltada totalmente para a sustentabilidade. Esse novo modelo contrapõe-se à tradicional economia linear cujo processo é constituído pela extração de insumos, produção, distribuição de produtos, consumo e descarte de rejeitos e produtos pós-consumo. Por outro lado,, a economia circular permite às empresas reduzirem os custos e perdas produtivas, além de conseguirem gerar novas fontes de receita e diminuírem sua dependência de matérias-primas virgens.

Com o intuito de estimular a reflexão e propagar as informações, a CNI recebeu, em 5 de setembro, no escritório de São Paulo, o especialista de reconhecimento internacional, Ken Webster, diretor da Ellen MacArthur Foundation. A empresa é uma das líderes globais do pensamento rumo a uma economia circular. Durante o workshop organizado pela CNI foi apresentado o estudo que está sendo elaborado em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), com lançamento previsto para o fim de 2017. O evento proporcionou a interação dos participantes em prol de uma construção coletiva sobre as oportunidades e desafios do tema, frente à realidade da indústria brasileira.



PEGADAS SUSTENTÁVEIS

• Foi realizada a 126ª reunião ordinária do **Conama**, em 23/8/2017, em Brasília. Na ocasião foram aprovadas: proposta de Resolução definindo critérios e procedimentos para a produção de composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos; e proposta de Resolução dispondo sobre o uso de queima controlada em incidentes de poluição por óleo no mar. Aproposta de Moção de apoio à **Carta Caiman**, que trata da proteção e do uso sustentável do Bioma Pantanal, assinada por ONGs e pelos governos do MT e do MS, teve pedido de vistas feito pela CNA, APROMAC e ANAMMA/NE.

- Na 62ª reunião da **Comissão Nacional da Biodiversidade** (Conabio) foi aprovada a proposta de criação da Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção e da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras. Está confirmada a participação do setor empresarial nas duas câmaras.

- O **Conselho Nacional de Recursos Hídricos** (CNRH) e suas câmaras técnicas trataram: i) Mecanismos de Articulação da Gestão das Águas Superficiais e Subterrâneas (Em CTAS e CTPOAR); ii) Critérios para que os planos de bacia definam prioridades de Outorga do Uso da Água (caso Bacia do São Marcos) - GT para discutir o tema (CTPNRH); iii) Proposta de Resolução para Correção Monetária da Cobrança Preço Público Unitário (PPU) em nível nacional – Está em análise na CTIL

- O **Conselho Mundial da Água** reuniu-se com os stakeholders do 8º Fórum em Estocolmo (Suécia) de 27 de agosto a 1º de setembro de 2017. A programação incluiu debates, reuniões e apresentações abordando as ações do Fórum para compartilhar informações e atualizar os participantes sobre o andamento de temas cruciais como as iniciativas em ' Financiamento de Infraestrutura para Água', ' Água e Mudanças Climáticas', 'Água e Cidades' dentre outros. O Fórum Mundial da Água lançou recentemente um programa para identificar e divulgar mecanismos financeiros que possam acelerar os serviços de saneamento urbano pelo mundo. Houve um painel de discussão com a presença dos presidentes das comissões dos processos Temático, Regional, Político, Fórum Cidadão e Grupo focal de Sustentabilidade. Por ser uma das instituições chave integrante do grupo Temático Financiamento, a CNI participou do encontro na Suécia, garantindo que a voz e interesses da indústria brasileira estejam representados em todas as instâncias do 8º Fórum que irá se realizar, em Brasília, de 18 a 23 de março de 2018.

- A CNI lançou a publicação **"Reúso de Efluentes: Metodologia para análise do potencial do uso de efluentes tratados para abastecimento industrial"** (Brasília, 2017). Optou-se por sistematizar e apresentar a metodologia de trabalho adotada para incentivar sua disseminação e aplicação por federações de indústria, organizações representativas do setor industrial e formuladores de políticas públicas. O documento é resultado parcial da parceria CNI-CIRRA/USP/*Infinity Tech* e está disponível em formato digital no Portal da Indústria e na Extranet.

- A CNI representa o setor privado na **Comissão Nacional** para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) do governo federal criada em 24 de maio de 2017. Até 2030, o Brasil se comprometeu a alcançar os 17 objetivos e suas 169 metas que buscam, por exemplo, promover energia limpa e acessível, oferecer água potável e saneamento, incentivar ações contra as mudanças climáticas globais, além de reduzir as desigualdades.

- A Portaria do Ministério das Minas e Energia de nº 193, publicada em 7 de agosto de 2017, estabelece diretrizes para a realização de dois **leilões de Energia Nova**, em dezembro de 2017, incluindo usinas termelétricas a biomassa e fotovoltaica.

- Pelo quinto ano consecutivo, a CNI em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro convoca a inscrição para o V Prêmio em **Economia e Mercado Florestal** a se realizar em 2018.

Veja mais

Conheça o que a CNI pensa sobre a sustentabilidade na indústria do nosso país:
www.cnisustentabilidade.com.br

SUSTENTABILIDADE INDUSTRIAL Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Diretoria de Relações Institucionais – DRI | Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS | Gerente-executivo: Shelley Carneiro | Elaboração: Daniela Cestarollo | dcestarollo@cni.org.br | Informações técnicas: (61) 3317 9141 - Fax: (61) 3317-9456 | Supervisão gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Design Gráfico: Carla Gadêlha | Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9989 - email: sac@cni.org.br. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.